

Sarney é derrotado e fica com mandato de 4 anos

“O mandato do atual presidente da República terminará em 15 de março de 1989” — emenda de Jorge Hage (PMDB-BA)

MAURO LOPES
Repórter da Sucursal de Brasília

A Comissão de Sistematização do Congresso constituinte aprovou ontem por 48 votos a 45 um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. E manteve o texto do substitutivo de seu relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), no artigo 2º das “Disposições Transitórias”, que prevê a implantação do sistema parlamentarista de governo já em março de 1988.

O significado destas duas decisões da Comissão foi explicitado no discurso com que o senador José Richa (PMDB-PR) defendeu a emenda quatroanista, de autoria do deputado Jorge Hage (PMDB-BA). “Se o presidente não quer entendimento conosco, mudamos o presidente”, disse Richa, que criticou violentamente Sarney em diversos trechos de seu discurso, acusando-o de ter cometido diversos “erros de avaliação”, entre os quais “o de não ter consciência de que ele (Sarney) é apenas o chefe da transição”.

Para uma pessoa supersticiosa como Sarney, não poderia ter havido coincidência pior que a hora em que se definiu a vitória da tese dos quatro anos. Eram exatamente 13h13 quando o senador Jamil Haddad (PSB-RJ) deu o “sim” decisivo à emenda Jorge Hage, o 47º voto entre 93 possíveis. A sessão foi aberta às 9h47. Antes da votação do mandato, os parlamentares aprovaram a criação do Estado de Tocantins e derrotaram a emenda do deputado Carlos Cardinal (PMDB-RS), que propunha a supressão do dispositivo segundo o qual, por cinco anos (após a promulgação da nova Carta) não poderiam ser apresentadas emendas ao texto da Constituição nos artigos referentes ao sistema de governo.

A Comissão ainda aprovou por 92 votos a zero uma emenda do deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL), que suprimiu o artigo 4º das “Disposições Transitórias”. O artigo previa a realização das próximas eleições presidenciais em 15 de novembro de 1990, e foi suprimido por um acordo entre as lideranças de todos os partidos, que concordaram em deixar para o artigo seguinte a disputa em torno do mandato de Sarney. Com a aprovação da emenda

Eleição pode sair em 16 de dezembro de 88

Da Sucursal de Brasília

Se as decisões adotadas pela Sistematização forem referendadas pelo plenário do Congresso constituinte, as eleições para o sucessor de Sarney poderão se realizar em 16 de dezembro de 1988. Ontem, a comissão suprimiu o artigo das “Disposições Transitórias” que marcava a data das eleições presidenciais para 15 de novembro de 1990 (prevendo um mandato de seis anos para Sarney) e não aprovou nenhum dispositivo no lugar. Com isso, ficou vigorando o artigo 87 do substitutivo Cabral-2, que estabelece eleições para presidente “noventa dias antes do término do mandato presidencial”. Se as contas para estes três meses forem rigorosamente obedecidas, em 16 de dezembro de 1988 os brasileiros estarão elegendo seu presidente.

de Nonô, as eleições para presidente acontecerão noventa dias antes do término do mandato presidencial.

O senador José Richa foi o primeiro a discursar, às 11h40, quando se iniciaram os debates sobre a duração do mandato de Sarney. Além de criticar o presidente, Richa vinculou a defesa de um mandato de quatro anos à implantação do parlamentarismo. “Se o Congresso constituinte aprovar cinco anos para Sarney, corremos o risco de transformar essa crise política numa crise institucional”.

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), foi o primeiro a atacar a emenda dos quatro anos e defender a tese dos cinco anos, a pedido do próprio Arinos. Quando Arinos, depois de uma longa introdução na qual afirmou de diversas maneiras e repetidamente que defendia “uma causa justa”, começou a atacar a emenda quatroanista, argumentando que “o mandato de quatro anos é a condenação do regime parlamentarista”, o senador Fernando Henrique Cardoso, que presidia a sessão, fez soar a campanha que adverte os



O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), volta as costas aos constituintes quatroanistas que cantavam o hino nacional

oradores de que seu tempo de discurso está esgotado. “Quem está me interrompendo?”, perguntou Arinos, acrescentando: “Eu sou o presidente e infrinjo o regimento a meu favor”.

Conciliação

A votação ia começar quando o deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA) leu um comunicado, assinado por ele e pelos deputados Francisco Pinto, Mário Lima, Celso Dourado e Abigail Feitosa, todos do PMDB baiano, e mais o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e o deputado Carlos Mosconi (PMDB-

MG), afirmando que os sete as e defensores de um mandato de cinco anos para Sarney resolveram aderir à tese quatroanista alegando que Sarney não quis abrir negociações em torno do mandato de governo (leia matéria nesta página). Depois de Virgildásio de Senna foi a vez de Arinos ler outra nota, com uma declaração de Sarney, na qual o presidente afirma estar “pronto para um grande diálogo visando a conciliação” (veja texto também nesta página).

Feita a votação, o placar eletrônico acusou 31 votos a favor da emenda de Hage, 31 contra e uma abstenção (de

Arinos). Imediatamente, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) afirmou que havia votado a favor da emenda e que o placar registrava seu voto como contrário. Arinos, sob protestos dos cincoanistas, decidiu reiniciar a votação, chamando nominalmente cada parlamentar.

Como havia sido lida a nota dos parlamentares baianos, a maior surpresa da votação acabou sendo a deputada Sandra Cavalcanti, que havia se declarado favorável aos quatro anos na enquete promovida pela Folha terça e quarta-feira última e que, em seguida, ficou indecisa. Outros destaques na votação foram

os votos dos deputados Manoel Moreira e Theodoro Mendes, ambos do PMDB de São Paulo e quercistas, contrários à emenda, e do deputado Konder Reis (SC), o único parlamentar do PDS com assento na Comissão a votar pelos quatro anos.

Vitoriosa sua emenda, o deputado Jorge Hage, um dos líderes do “Movimento de Unidade Progressista” do PMDB, que surgiu exatamente para que o partido se posicionasse na oposição a Sarney e por um mandato de quatro anos, foi cercado por parlamentares. Exultante, comentou: “Acabou o governo, e agora temos uma solução, as eleições”.

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Quatro anos

PMDB
Abigail Feitosa (BA), Ademir Andrade (PA), Almir Gabriel (BA), Antônio Brito (RS), Artur da Távola (RJ), Bernardo Cabral (AM), Carlos Mosconi (MG), Celso Dourado (BA), Cristina Tavares (PE), Egidio Ferreira Lima (PE), Fernando Bezerra Coelho (PE), Fernando Henrique Cardoso (SP), Fernando Lyra (PE), Francisco Pinto (BA), Haroldo Sabádia (MA), João Herrmann (SP), José Fogaça (RS), José Ignácio Ferreira (ES), José Paulo Bisol (RS), José Richa (PR), José Serra (SP), Mário Lima (BA), Nelson Carneiro (RJ), Nelson Jobim (RS), Nelson Friedrich (PR), Maurílio Ferreira Lima (PE), Paulo Ramos (RJ), Pimenta da Veiga (MG), Severo Gomes (SP), Sigmaringa Seixas (DF), Virgildásio de Senna (BA)

PFL
Alceni Guerra (PR), Antonio Carlos M. Thame (SP), Carlos Chiarelli (RS), Francisco Dornelles (RJ), Sandra Cavalcanti (RJ)

PDS
Antônio Carlos Konder Reis (SC)

PDT
Brandão Monteiro (RJ), José Maurício (RJ), Lysâneas Maciel (RJ)

PT
Luis Inacio Lula da Silva (SP), Plínio de Arruda Sampaio (SP)

PTB
Francisco Rossi (SP)

PSB
Jamil Haddad (RJ)

PCB
Roberto Freire (PE)

PC do B
Haroldo Lima (BA)

PDC
Siqueira Campos (GO)

PMB
Antônio Farias (PE)

PMDB
Alfredo Campos (MG), Aluizio Campos (PB), Carlos Sant'Anna (BA), Cid Carvalho (MA), Fernando Gasparian (SP), Ibsen Pinheiro (RS), João Calmon (ES), José Freire (GO), José Geraldo Ribeiro (MG), José Ulisses de Oliveira (MG), Manoel Moreira (SP), Milton Reis (MG), Nilson Gibson (PE), Raimundo Bezerra (CE), Renato Viana (SC), Rodrigues Palma (MT), Theodoro Mendes (SP), Wilson Martins (MS)

PFL
Afonso Arinos (RJ), Aloysio Chaves (PA), Arnaldo Prieto (RS), Cristóvam Chiaradia (MG), Gilson Machado (MT), Eraldo Tinoco (BA), Francisco Benjamin (BA), Inocêncio de Oliveira (PE), José Jorge (PE), José Lins (CE), José Santana (MG), José Thomaz Nonô (AL), Luiz Eduardo Magalhães (BA), Marcondes Gadelha (PB), Mário Assad (MG), Oscar Corrêa (MG), Osvaldo Coelho (PE), Paulo Pimental (PR), Ricardo Fiuzza (PE)

PDS
Darcy Pozza (RS), Gérson Peres (PA), Jarbas Passarinho (PA), José Luiz Maia (PI), Virgílio Távora (CE)

PTB
Gastone Righi (SP), Joaquim Bevilacqua (SP)

PL
Adolpho de Oliveira (RJ)



Sandra Cavalcanti (PFL) entre senadores Arinos (PFL), esq., e Richa (PMDB)

Voto pelos quatro anos rendeu beijos para Sandra Cavalcanti

JOÃO BATISTA NATALI
Enviado especial a Brasília

A deputada Sandra Martins Cavalcanti de Albuquerque (PFL-RJ), 60, passou a cochichar demoradamente com seu vizinho de poltrona em plenário, o senador José Richa (PMDB-PR), que acabava de concluir inflamado discurso em defesa da fixação em quatro anos do mandato do presidente Sarney. De uma hora para outra, Richa abriu um grande sorriso, abraçou-a com carinho, e deu-lhe dois beijos no rosto. Ela acabava de confidenciar seu voto.

Richa foi apenas o primeiro a beijá-la. Quando eram exatamente 13h07, e prosseguia apertado o escrutínio na Comissão de Sistematização, o “sim” que ela deu à emenda de quatro anos atraiu um amontoado de beijoqueiros, do petista Luis Inacio Lula da Silva aos peemedebistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

Na UDN

Ex-udenista e, como deputada estadual, líder de Carlos Lacerda na Assembleia Legislativa da Guanabara, aliada incondicional dos militares que conspiravam para depor o presidente João Goulart, Sandra Cavalcanti dispõe de um currículo que a incluíria tranquilamente, se não entre os aliados do Planalto, ao menos no bloco constituinte mais conservador. Mas não tem sido o caso. Depois de se transformar numa das articuladoras de peso da proposta parlamentarista, alinhou-se em boa parte das votações com a esquerda, numa postura iniciada, há dois meses, com

a discussão do capítulo reservado aos direitos e garantias individuais.

“Meu voto pelos quatro anos foi o produto de uma negociação”, diria ela, cercada de repórteres e constituintes, após a suspensão da sessão. E, recusando-se a fornecer maiores detalhes, acrescentou: “Nosso bloco comprometeu-se a não apoiar, nos diferentes partidos, candidatos que não estejam comprometidos com a implantação do parlamentarismo”.

Surpresa

O fato é que seu voto surpreendeu, tanto que o senador Mário Covas não a havia incluído, às 9h, em sua projeção dos resultados. Sandra Cavalcanti, a bem da verdade, chegara a se pronunciar pelos quatro anos, mas em seguida se disse partidária dos seis e depois da abstenção, para a decepção de seu grande amigo e convicto “cincoanista”, o senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ).

Nascida em Belém (PA) mas criada no Rio, ela se formou em Letras pela PUC e fez pós-graduação em Urbanismo na França. Ligada no movimento estudantil à Ação Católica, filiou-se à UDN, pela qual se elegeu vereadora em 1954. Deputada estadual por aquela legenda em 1960, foi secretária dos Serviços Sociais de Lacerda e a seguir presidenta do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Sandra Cavalcanti sofreu duas grandes derrotas eleitorais, ao disputar o Senado pela Arena (1978) e o governo do Estado do Rio (1982) pelo PTB.

Comissão rejeita convocação de eleições gerais em 1988

Da Sucursal de Brasília

Apesar de reduzir o mandato do presidente José Sarney para quatro anos, a Comissão de Sistematização rejeitou ontem a proposta de reduzir o mandato dos membros do Congresso constituinte em dois anos. Por 48 votos a 38 e três abstenções, foi rejeitada a emenda do deputado Bocayuva Cunha (PDT-RJ), que propunha eleições gerais para o Congresso Nacional (deputados federais e senadores) e para a Presidência da República em 16 de dezembro do próximo ano.

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, apoiou a proposta. “Se nós quisermos dar uma prova ao povo brasileiro de que nossa intenção era por uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, temos de aprovar essa emenda”, afirmou Cabral, recebendo muitos aplausos das galerias lotadas.

Mesmo com a pressão das galerias e com um inflamado discurso do

deputado José Genoíno (PT-SP), a comissão rejeitou a proposta de Bocayuva Cunha. O deputado Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP) tinha uma emenda semelhante. “E uma pretensão nossa cassar o mandato daqueles que o povo escolheu”, disse o deputado Gerson Peres (PDS-PA).

“Acho que todos que votaram sim, deveriam renunciar a seus mandatos”, afirmou o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), ao votar contra a emenda. Na apuração prévia, pelo sistema eletrônico, 26 rejeitaram a emenda e 24 aprovaram. Mas os suplentes da Comissão de Sistematização e demais titulares que chegaram atrasados, rejeitaram a emenda em votação nominal.

“Se temos coragem de aprovar a proposta de estabilidade, de nos contrapor às multinacionais, de aprovar quatro anos para o presidente Sarney, temos de ter coragem para submeter o nosso mandato a novas eleições diretas”, disse o deputado José Genoíno.

As votações são nominais. Primeiro, são chamados os titulares e, se não for alcançado o quórum de 92 membros, convocam-se os suplentes. A chamada segue até o preenchimento do quórum de cada partido. Depois de chamados todos os titulares e suplentes, a votação será válida, bastando que se ultrapasse 47 votos (maioria absoluta dos membros).